

A integração de controles e os novos desafios do controle interno na Prefeitura do Rio

Editorial

O início de um novo ano é sempre uma excelente oportunidade para prestarmos contas acerca das nossas atividades. Neste número – que corresponde aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2010 – o informativo traz como matéria principal o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Orientação e Aperfeiçoamento de Controles Internos. Subordinado à Subcontroladoria de Integração de Controles, o setor vem implementando mudanças e aprimoramentos na área de orientação aos gestores.

No Pre\$tando Conta\$ temos como novidade o Painel CGM, seção criada com objetivo de informar as principais atividades desenvolvidas pelos setores da Controladoria, sendo que nesta edição apresentamos um resumo de suas competências e dos principais produtos gerados em 2009.

Na Entrevista, realizada com o Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio, Thiers Vianna Montebello, são abordadas a atuação no TCMRJ, a importância da integração entre os Controles Internos e Externos e os principais projetos do TCMRJ para 2010.

O processo de tradução e convergência das normas internacionais de contabilidade é o tema do Artigo, do Coordenador do Núcleo de Pesquisas da CGM, Francisco José dos Santos Alves. Já na seção Estante, é apresentado o livro Uma Abordagem Franca sobre a Conduta Ética dos Colaboradores e reproduzida, especialmente para o Prestando Contas, entrevista com a autora sobre a obra.

Por último, vale pontuar que apesar das novidades o Pre\$tando Conta\$ continua obedecendo o foco, desde a sua criação, que é o de abordar assuntos relativos à área de controle, de contabilidade, de auditoria e de outros temas relevantes para administração pública, em especial municipal, agregando agora as atividades desenvolvidas pela própria CGM.

A Controladoria Geral do Município (CGM) recebeu, no início de 2009, como diretriz da nova Administração Municipal, a missão de enfatizar sua atenção em três frentes de atuação: o controle preventivo, a atuação orientadora e a inovação. Com este objetivo, foram feitas reestruturações e reformulações de setores internos, que passaram a buscar resultados específicos para o cumprimento desta meta.

Um exemplo destas mudanças está na Subcontroladoria de Integração de Controles (CG/SIC), que, depois da reestruturação, intensificou seu interesse na função de orientar e inovar. Como parte desse processo, a Coordenadoria de Orientação e Aperfeiçoamento de Controles Internos (CG/SIC/CCI) foi reformulada pela criação de duas novas gerências, a de Normatização e Aperfeiçoamento de Controles Internos (SIC/CCI/GNAC) e a de Orientação na Execução de Controles Internos (SIC/CCI/GEOR).

Para a Subcontroladora de Integração, Márcia Andrea Peres, intensificar a ação de orientação representou um verdadeiro desafio, além de dar continuidade às

ações junto aos órgãos e entidades para aprimoramento de seus controles internos, e redução das fragilidades detectadas pelas demais áreas da Controladoria Geral, havia a necessidade de atuar na capacitação dos gestores municipais, para o desenvolvimento das tarefas afetas ao controle.

Como parte da missão de adotar iniciativas para essa nova atividade, a CG/SIC/CCI deu início à elaboração e à execução semestral de Planos de Capacitação de Gestores em temas relativos a controles internos, atendendo à Resolução CGM Nº. 889/09. Essas ações tiveram como principal público-alvo os Diretores Administrativos e Financeiros, os Gerentes de Infraestrutura e Logística ou ocupantes de função correlata da administração municipal. Já em 2009, o saldo foi positivo. Ao todo, 2.186 pessoas participaram dos 71 eventos, entre palestras e treinamentos, inclusive em laboratório de informática, totalizando 361 horas de capacitação, nas duas edições realizadas.

De maneira geral, foram abordados 13 diferentes temas, dentre os quais citamos os seguintes: “Declaração de Conformidade

(continua na pág. 2) ▶

Neste número

Entrevista

O Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio fala da atuação do tribunal, de seu papel na gestão municipal e dos projetos para 2010.

pag. 3

Artigo

O Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Controladoria Pública da CGM discute a implantação dos padrões internacionais de contabilidade no Brasil.

pag. 5

Notícias

A seção “Aconteceu na CGM” apresenta um resumo dos principais acontecimentos e eventos relativos à área de controle interno e fiscalização.

pag. 9

No próximo Pre\$tando Conta\$, uma nova diagramação!

► (continuação da pág. 1)

de Liquidação”, “Prestação de Contas de Gestão”, “Fiscalização de Contratações”, “Retenções Tributárias e Contributivas (ISS, INSS e IR)”, “Legislação Trabalhista”, “Importância do Controle Interno”, “Licitações e Contratos”, “Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON)” e “Sistema de Informações Gerenciais (SIG)”.

Para a escolha dos temas foram consideradas informações a respeito de problemas levantados pelas demais áreas da Controladoria, além de sugestões recebidas por participantes dos treinamentos realizados, demandas internas e externas e oportunidades identificadas com base em análises das recomendações do Tribunal de Contas do Município. A avaliação média das capacitações realizadas alcançou 90% de aprovação.

Neste resultado, está incluído o apoio da CGM à Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil (SMSDC) no que se refere ao treinamento de gestores envolvidos

na gestão orçamentária das unidades descentralizadas, visando ao Programa de Desconcentração Orçamentária, que está sendo implementado em 2010.

Para alcançar estes resultados a SIC contou com a parceria da Secretaria Municipal de Administração (SMA), em um trabalho integrado, que foi formalizado por meio da Resolução Conjunta CGM/SMA Nº. 45/2009. Estes trabalhos conjuntos proporcionaram um melhor aproveitamento das experiências da CGM, na identificação de problemas ligados ao controle interno, e da SMA e SMSDC, como promotoras e organizadoras das atividades de capacitação e desenvolvimento de habilidades dos servidores.





Destaca-se, também, a participação de servidores da Prefeitura como instrutores em diversos treinamentos realizados. Esta iniciativa proporcionou a disseminação do conhecimento técnico desses servidores e permitiu uma orientação direcionada às

questões inerentes ao Município.

Em 2010, a SIC espera aprimorar ainda mais a metodologia adotada em suas atividades. O aperfeiçoamento dos métodos, para identificação de necessidades dos treinamentos e da avaliação dos resultados e a definição de perfis para os gestores quanto aos conhecimentos em temas relativos a controles internos, fazem parte dos objetivos da área. Para isso está promovendo pesquisas, estudos e contatos com outras organizações que realizam atividades similares na busca de informações, dentre as quais a Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União.

Para a Subcontroladoria de Integração e Controle, o desafio de atuar junto aos gestores, orientando-os e capacitando-os a realizar procedimentos de controle interno adequados, terá um resultado muito positivo por contribuir com a melhoria dos serviços oferecidos pelos diversos órgãos da Prefeitura aos cidadãos cariocas. 💰

Capacitação de gestores da PCRJ promovida pela CGM (fevereiro a dezembro de 2009)

	1º semestre	2º semestre	Total 2009
 número de eventos	24	47	71
 total de horas	103,5 h	257,5 h	361 h
 número de participantes	1156	1030	2186
 percentual de aprovação	86%	94%	90%

principais temas abordados

- Declaração de conformidade de Liquidação
- Prestação de contas de gestão
- Fiscalização de contratações
- Retenções tributárias e contributivas (ISS, INSS e IR)
- Legislação trabalhista
- Importância do Controle Interno
- Licitações e Contratos
- Sistemas Corporativos (diversos)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito:

Eduardo Paes

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral:

Vinicius Costa Rocha Viana

Subcontroladora de Gestão:

Fátima Rosane Machado de Barros

Subcontroladora de Integração de Controles:

Márcia Andréa Peres

Prestando Conta\$

Edição e pauta:

Margarete Ramos

Editoração:

Daniel S. Barros

Revisão:

Oswaldo Fortini Martins Teixeira

Ilustrações:

Zope

Impressão:

Imprensa da Cidade (tiragem: 500 exemplares)

Assessoria de Comunicação Social

Assessora-chefe:

Margarete Ramos

Assessor-auxiliar:

Jayme Neto

Editorador:

Daniel S. Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409

Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-900

Tel.: (21) 2503-2906/2967

E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br

Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

PRESTANDO CONTAS: Sr. poderia iniciar fazendo uma abordagem sobre o funcionamento do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, quais as principais atribuições, quantos servidores possui e como está estruturado?

O Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ – teve sua criação e sua primeira estrutura organizacional estabelecidas pela Lei nº 183, de 23 de outubro de 1980. Nesta época, os Tribunais de Contas baseavam suas análises na auditoria de conformidade, ou seja, examinavam a legalidade dos gastos públicos.

Com a promulgação da Carta Política de 1988 e, posteriormente, com a edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, os Tribunais de Contas passaram a fiscalizar não apenas a legalidade, mas a economicidade, a eficácia, a eficiência e, agora, em função da responsividade (as pessoas eleitas têm o dever de dar resposta aos que o escolheram), a efetividade das ações empreendidas (o resultado).

Estas novas demandas resultaram na atualização de nossa Lei Orgânica, em intensos programas de treinamento de pessoal e na realização de concursos públicos, visando o incremento do quadro de servidores. Atualmente o quadro do Tribunal é composto por 442 (quatrocentos e quarenta e dois) cargos efetivos.

Os Técnicos em sua grande maioria estão concentrados no setor de controle externo, ou seja, na atividade de fiscalização dos órgãos estatais, divididos em 7 (sete) Inspetorias Gerais e na Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento. Dentre estas unidades temos uma especializada na área de pessoal (atos de admissão, aposentadorias, reformas e pensões) e outra na análise dos editais de licitação. As demais são responsáveis pela atuação das 23 Secretarias, 2 Autarquias, 7 Empresas Públicas, 4 Sociedades de Economia Mista, 4 Fundações, 14 Fundos Especiais etc.

Devemos registrar que a Cidade possui 1.063 escolas, nas quais estudam mais de 686 mil alunos, 417 creches, 4 espaços de desenvolvimento infantil e uma rede de 224 unidades ligadas à área de saúde (hospitais, institutos, centros municipais de saúde, postos de saúde, policlínicas, casas de parto etc.).

Entrevista

Thiers Vianna Montebello
Conselheiro-Presidente do
Tribunal de Contas do Município
do Rio de Janeiro



Exerceu vários cargos na administração pública, entre os quais Presidente do Conselho Estadual de Trânsito e Presidente do Detran. Vereador e líder do PMDB em 1992. Eleito por unanimidade foi pela Câmara Municipal, em 1993, para assumir a função de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro em 4 de junho de 1993. Em 2001 foi empossado como Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, onde exerce a referida função até o dia atual.

PC: Qual o balanço que o Sr. faz sobre a atuação do Tribunal de Contas na gestão municipal? Há uma atuação orientadora e preventiva?

O Tribunal de Contas do Município tem procurado dar ênfase ao acompanhamento concomitante dos gastos públicos (controle simultâneo) por meio do exame dos editais de licitação, do acompanhamento das obras, das visitas periódicas às escolas e do programa de inspeções “in loco”

e auditorias operacionais, verificando a aplicação dos recursos no momento da execução das obras e da prestação dos serviços contratados, sem prejuízo, evidentemente, da análise das prestações de contas (controle posterior).

Esta forma de procedimento possibilita ao Tribunal atuar de modo efetivo, antes de serem consumados eventuais dispêndios, evitando assim gastos desnecessários ao erário e, por conseguinte, à população.

Em relação especificamente à questão pedagógica, é fundamental destacar que os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios do Brasil e o Tribunal de Contas de Portugal aprovaram, no Encontro Luso-Brasileiro de Tribunais de Contas, realizado em Portugal, no período de 19 a 21 de março de 2003, um documento denominado de “Declaração de Estoril”, reafirmando o seguinte aspecto orientador das Cortes de Contas: “O modelo Tribunal de Contas, fiscal da administração financeira, exerce também, dentro do esquema do controle externo, funções pedagógicas, pois antes de punir, instrui e ensina aos diversos agentes, sob a sua jurisdição, técnicas de aprimoramento dos serviços públicos, contribuindo para a melhoria da gestão da coisa pública”.

PC: Quais os principais projetos do TCMRJ para 2010?

- Dar cumprimento à Programação de Inspeções Ordinárias, de Auditorias Operacionais e de Visitas Técnicas às Unidades de Educação e de Saúde, conforme decisão do Plenário deste TCMRJ;

- Implantar o Planejamento Estratégico do TCM RJ, instrumento essencial para a consolidação e a prática da função Gestão Estratégica e para a melhoria contínua da ação gerencial;

- Desenvolver e alimentar o Sistema de Controle de Obras Municipais – SICOM. Este sistema foi desenvolvido pela Assessoria de Informática do TCMRJ, sendo alimentado pela 2ª Inspetoria Geral de Controle Externo, e tem o objetivo precípua de cadastrar todas as obras do município do Rio de Janeiro, atuando com interface junto ao Sistema de Controle de Processos- SCP. O banco

de dados do sistema terá como ponto inicial o cadastramento de todas as obras implementadas desde 2006. A Assessoria de Informática ainda desenvolveu ferramenta que possibilita a verificação de todas as obras através do Google Earth, permitindo a 2ª IGE consultar, dentro desse aplicativo, os dados extraídos no SICOM;

- Promover as ações afetas ao TCMRJ, decorrentes do Termo de Adesão celebrado entre diversas entidades públicas (MPF, CGU, SRF, Procuradoria Geral da Receita Federal, TCU, TCE RJ, Secretaria do Estado de Fazenda do RJ) para articulação de ações de fiscalização e combate a corrupção, controle social e adesão a Rede de Controle de Gestão Pública no Estado do Rio de Janeiro;

- Promover as ações afetas ao TCMRJ, decorrentes do Acordo de Cooperação celebrado entre CGU, MPF, SRF, Procuradoria Geral da Receita Federal, TCU, TCE RJ e UERJ, visando à definição de estratégias e à implementação de ações conjuntas para o fomento do controle social do Estado do Rio de Janeiro, no que tange ao acompanhamento dos ingressos e da aplicação dos recursos públicos;

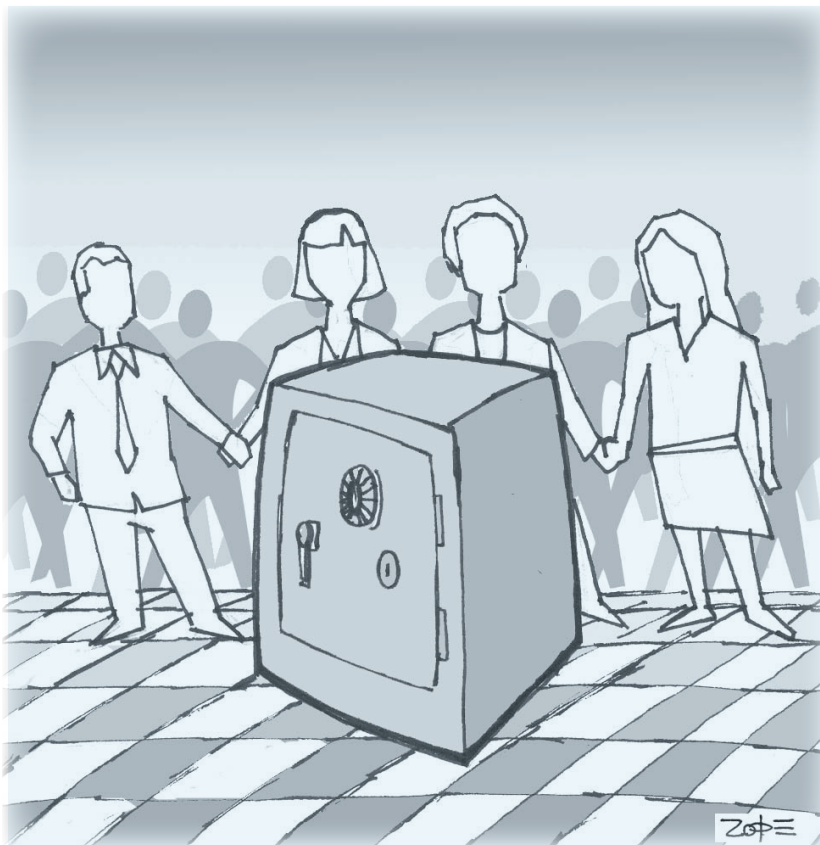
- Promover as ações afetas ao TCMRJ, decorrentes do Termo de Cooperação Técnica firmado por diversos órgãos de controle, visando otimizar as ações de fiscalização em função do advento da Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos 2016. Através desse Termo de Cooperação foram definidas: Matriz de Fiscalização e lançamento dos dados num portal de controle, objetivando lançar todas as despesas relativas ao evento.

PC: De acordo com a Constituição Federal, o Controle Interno tem como uma de suas atribuições apoiar o Controle Externo em sua missão

institucional. Como o senhor considera que um órgão de controle interno deva atuar para ser efetivo nessa função?

Primeiramente, convém destacar que, no caso dos municípios, o próprio art. 31 da Carta Política de 1988 já prevê a implantação do sistema de controle interno.

Quanto à função de apoiar especificamente o controle externo – inciso IV do art. 74 – entendo ser fundamental aperfeiçoar



o relacionamento e a comunicação entre os dois sistemas, principalmente, para maximizar a atuação do controle. Com um controle interno efetivo podemos reduzir o tempo gasto no levantamento de dados e de informações, bem como na identificação das falhas e na apuração das irregularidades, agilizando a realização do trabalho de controle externo.

Além do mais, a soma do conhecimento do órgão de controle interno – por ser integrante da estrutura administrativa – com o do controle externo poderá resultar em propostas de medidas mais condizentes com cada realidade, a fim de evitar a ocorrências de imperfeições ou, no mínimo, em mecanismos que detectem de forma mais imediata a

insuficiência, promovendo a necessária otimização do sistema.

PC: Qual a sua opinião sobre a integração entre o Controle Externo e Interno, em especial no caso da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro?

No caso do Município do Rio de Janeiro a relação sempre esteve pautada no respeito mútuo e na colaboração, tentando, na medida do possível, eliminar a duplicidade de esforços. Os Relatórios de Auditoria, elaborados pela Controladoria, são peças importantes como fonte de informação e de auxílio no planejamento das ações do Tribunal.

PC: Qual mensagem que o senhor gostaria de passar para os técnicos de controle do setor público?

A Presidência deste TCMRJ serve-se desta oportunidade para realçar a importância da missão constitucional delegada aos Órgãos de Controle em geral, via de consequência a responsabilidade de seus Técnicos, conclamando-os ao exercício patriótico de bem zelar pelo justo recolhimento e correta

aplicação dos recursos que são repassados pela Sociedade aos Administradores Públicos, fazendo-o com a imprescindível isenção e independência, emprestando às suas ações a transparência e a acessibilidade a todos os segmentos da população, de molde a atender os crescentes e diversificados desafios que se apresentam aos sistemas de controle.

Importante registrar que as ações de controle resultarão tanto mais efetivas na medida em que os Técnicos das diversas áreas de fiscalização – controles interno, externo, comissões de casas legislativas etc. – mantiverem permanente aprimoramento científico, intercâmbio de informações, de estratégias e metodologias procedimentais e, sobretudo, absoluta dedicação à causa pública. Ⓜ

PAINEL CGM

A Seção Painel foi criada com objetivo de apresentar as realizações das áreas da CGM. Nesse 1º número, destacamos as principais atribuições das áreas provenientes da reestruturação realizada por meio do Decreto Nº 30.595 de 08/04/2009 e principais produtos gerados.

► Subcontroladoria de Gestão - SUBG

A Subcontroladoria de Gestão SUBG é a área responsável em prover a infra estrutura e logística necessária às atividades da CGM, bem como pela gestão de pessoas.

Em 2009 a Controladoria investiu fortemente na capacitação e no desenvolvimento dos seus servidores, oferecendo 756 vagas em treinamentos externos e internos.

O quadro de pessoal da CGM é constituído de 331 servidores, divididos em categorias de acordo com a tabela ao lado.

categoria	quantidade
contador	121
técnico de controle interno	45
técnico de contabilidade	83
auxiliar de controladoria	33
outras categorias/ lotados CGM	49
total	331

► Subcontroladoria de Integração de Controles - SIC

Foi alterada a sua estrutura para atender as prioridades estabelecidas pela Administração Superior à CGM, referentes ao aprimoramento da atuação orientadora e práticas inovadoras. Para isso foram criadas a Coordenadoria de Orientação e Aperfeiçoamento de Controle Interno e o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Controladoria Pública, respectivamente. Além disso, passou a integrar à sua estrutura a área de Informações Gerenciais, por meio da Coordenadoria de Análises e Informações Gerenciais. Foi instituída, ainda, a função do

Núcleo de Monitoramento das ações estratégicas estabelecidas pela CGM.

Em 2009 a Subcontroladoria de Integração de Controles promoveu a criação de Grupo de estudo sobre Organizações Sociais, instituiu e publicou 14 informativos "Controladoria em Foco" e promoveu dois eventos de discussões técnicas sobre temas de interesse do Controle Interno. Desenvolveu junto aos gestores municipais 3 planos de solução de Problemas e Aperfeiçoamento de

Controle Interno – PACI, visando aprimorar os procedimentos de controle, realizou 71 eventos de capacitação de gestores municipais, tendo 2186 participantes. Instituiu o informativo "DO em dia", que informa diariamente as alterações na legislação municipal e demais, aplicadas ao Controle Interno. O Sistema de Informações Gerenciais foi acessado por 16.548 usuários, resultando em uma média de 1379 usuários mensais, possibilitando rápido acesso às informações da execução da receita e despesa.

► Auditoria Geral - ADG

A Auditoria Geral tem como objetivos principais realizar avaliações dos procedimentos de controle e operacionais, a eficiência, economicidade e eficácia das ações desenvolvidas pelos órgãos/entidades da Administração Municipal e realizar avaliação e análise da gestão dos órgãos/entidades municipais, procedendo à certificação anual das contas dos gestores.

Em 2009, a Auditoria Geral finalizou 351 relatórios de auditoria, sendo 47% - Exames sobre almoxarifados, 23,5% - Análises

da gestão dos ordenadores de despesas, 11,5% - Verificações de conformidade de despesas, 10,8% - Auditorias operacionais (folha, sistemas e outras) e 7,2% - demais auditorias.

Foram emitidos 212 certificados de auditoria, sendo 69% desses classificados como certificados com ressalvas; 28% classificados como plenos e; 3% adversos.

O grau consolidado de correção das fragilidades pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, no exercício de 2009 (ano base 2008) foi de 42%.

► Contadoria Geral - CTG

A Contadoria Geral tem como objetivos principais elaborar as demonstrações contábeis da Administração Direta e a consolidação desses demonstrativos com os da Administração Indireta, os demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e a Prestação de Contas Anual de Gestão do Prefeito. É gestora dos seguintes sistemas corporativos: FINCON – Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária; e SISBENS – Sistema de Controle de Bens Patrimoniais.

Alguns dos produtos gerados pela Contadoria Geral estão dis-

poníveis no site da CGM, na área de "Contas Públicas", como os seguintes:

- * Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária;
- * Relatórios de Gestão Fiscal;
- * Prestações de Contas Anuais de Gestão do Prefeito;
- * Demonstrações Contábeis da Administração Direta e Fundos;
- * Relatórios para Audiência Pública;
- * Classificador da Receita e Despesa;
- * Elenco de Contas.

► Coordenadoria Geral de Análises Preventivas - CGAP

A Coordenadoria Geral de Análises Preventivas CGAP foi criada em 2009, com objetivo de atender à diretriz de aprimoramento das análises preventivas, emanada pela Administração Superior à CGM. Para isso, a estrutura está subdividida em 3 setores: Coordenadoria de Análises Processuais de Liquidação, que substituiu a Coordenadoria de Pré-Auditoria, vinculada anteriormente à Auditoria Geral; a Gerência de Análises Específicas, atividade anteriormente desempenhada pe-

los grupos de análises de preços e de análise de processos, que atuavam junto ao Gabinete do Controlador e a Coordenadoria de Análises Processuais de Empenhamento, setor novo, criado para atender análises prévias ao empenhamento.

A CGAP realizou, em 2009, análise prévia ao empenhamento de 436 processos de despesas, 69.979 processos para liquidação contábil e emitiu 385 pareceres referentes a análises específicas.

Artigo

A contabilidade brasileira conforme as normas do IASB e IFAC: um debate necessário

por Francisco José dos Santos Alves*



Iniciou-se o ano de 2010!

Continua o processo de tradução das normas internacionais de contabilidade, ou, segundo outros, de convergência, para o contexto normativo brasileiro, sejam aquelas relacionadas ao IASB (contabilidade empresarial) ou aquelas vinculadas ao FASB (contabilidade pública).

Os impactos, embora ainda não amplamente discutidos na área acadêmica e no meio profissional brasileiro, já podem ser percebidos. De acordo com pesquisa realizada pela Ernst & Young (observações na implementação da lei 11.638 /07, jun. 2009) com 40 empresas classificadas entre as maiores do mercado brasileiro e pertencentes a diversos segmentos da economia,

“(...) o pronunciamento com maior impacto sobre o lucro de 2008 foi o CPC 02. Das empresas pesquisadas, 14 reconheceram um ajuste, com redução no lucro de R\$ 8 bilhões (9,6%). O segundo maior impacto sobre o lucro foi gerado pelo CPC 01, apesar de ter afetado apenas sete das 40 empresas. Isso demonstra que, apesar de raro, um ajuste de

impairment normalmente tem valor expressivo. O total dos ajustes das sete companhias resultou em redução do lucro líquido de R\$ 5,7 bilhões (6,8%), uma média de mais de R\$ 800 milhões por companhia que registrou ajuste de impairment”.

É importante salientar que essas mudanças não afetam somente o lucro das empresas. Pedro Farah, sócio da Ernst & Young (IFRS Journal, set. out. 2007, p. 6), considera ainda que

“Os impactos das normas IFRS vão além do departamento contábil. Para se adaptar ao novo modelo de demonstração de resultados, as empresas brasileiras precisarão atualizar sistemas de tecnologia da informação e rever suas políticas de remuneração de executivos e de comunicação com investidores. Também é possível que as normas exijam mudanças no planejamento tributário das organizações e na política de gerenciamento de expectativas dos investidores, entre outras iniciativas”.

Como se observa, não são poucas as repercussões para as organizações privadas e seus acionistas. Já o setor

público se encontra em processo inicial de convergência, pois ainda há pouca evidência desses impactos. Entretanto, seja na área pública, seja na área privada, cabe refletir sobre a forma como essa implementação vem ocorrendo.

Na área pública, por analogia, a visão de Farah permite antever que não se pode ficar incólume. Além do gasto maior em tecnologia, exigir-se-ão maior transparência na divulgação das informações, mais investimentos em educação continuada, dentre outras ações que já vêm ocorrendo. Em síntese, ao avançar-se na proposta do IFAC, os municípios deverão se estruturar adequadamente. Resta saber se os gestores públicos estarão dispostos a realizar os gastos exigidos por essas medidas. Outro aspecto que merece atenção é a adoção de normas internacionais que vise melhorar a qualidade da informação contábil.

No relatório sobre a implementação do IFRS e da diretiva sobre o valor justo, emitido pelo Institute of Chartered Accountants in England and Wales, (Sumário Executivo,

(Continua na página 9) ►



Uma Abordagem Franca Sobre a Conduta Ética dos Colaboradores

No livro, *Ética no Ambiente de Trabalho – Uma Abordagem Franca Sobre a Conduta Ética dos Colaboradores* – escrito pela jornalista Márcia Cristina Gonçalves de Souza e publicado em 2009, a Autora aborda situações em que a conduta pessoal dos colaboradores reflete diretamente na produtividade, na imagem, na qualidade dos relacionamentos e na lucratividade de empresas de todos os tipos e tamanhos. Comportamentos, ainda hoje aceitos como normais no mundo empresarial, são questionados pela autora. Por meio de exemplos e “cases” diversos, a obra aponta as conseqüências negativas que atitudes antiéticas podem causar não apenas para as empresas, mas também para executivos, gestores, técnicos e todos os demais trabalhadores que veem o futuro de suas carreiras comprometido por uma atitude equivocada.

A escritora recentemente proferiu palestra na Controladoria, colaborando com o Programa Encontros com a Ética da Controladoria Geral, cujo objetivo é o de abrir espaço para reflexão e debate sobre temas relativos à ética. Márcia Cristina concedeu a seguinte entrevista para o *Prestando Contas*.

PRESTANDO CONTAS - O que a motivou a escrever um livro sobre o tema “Ética”?

Márcia Cristina - Depois de tantos anos observando atitudes antiéticas que permaneciam impunes, escrever o livro foi quase um desabafo, uma catarse. Escrevi-o em pouco mais de dois meses, incluindo a leitura de outros livros, para

dar consistência à parte teórica da ética.

Não tinha certeza se conseguiria publicar, mas meu desejo de fazer alguma coisa que estivesse ao meu alcance, para tentar melhorar o comportamento e o ambiente dentro das empresas, foi muito forte.

PC - Qual a importância da ética no setor público?

Márcia Cristina - A ética é importante em qualquer setor. As empresas privadas, que sofreram grandes prejuízos provocados por ações antiéticas de seus empregados e, por isso, deixaram de existir, foram forçadas a demitir pessoas que trabalhavam corretamente. No setor público, a situação é ainda mais grave, porque se desenvolveu a idéia de que o dinheiro público não é de ninguém, quando, na verdade, é dinheiro que precisa ser direcionado para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Então, quem faz mau uso do dinheiro público tira de todo mundo, inclusive da própria família que pode passar a conviver com uma cidade violenta, mal cuidada, com ruas esburacadas, educação deficiente, entre outras tantas coisas.

PC - O seu livro se destaca por abordar questões práticas que exigem o uso da Ética. Poderia citar algumas questões éticas com as quais o profissional se depara no ambiente de trabalho?

Márcia Cristina - São tantas! Estão no dia-a-dia de todos os trabalhadores. No meu livro, “*Ética no Ambiente de Trabalho*”, relato e explico

com exemplos práticos dezenas de condutas questionáveis.

Toda vez que um funcionário toma decisões priorizando seus próprios interesses, sem levar em conta os interesses da empresa, ele está sendo antiético.

A conduta antiética começa com coisas simples como o funcionário levar para casa material de escritório ou atender mal a um cliente por supor que ele não tem poder de compra ou não se preocupa com o prejuízo que a empresa possa vir a ter, se esse cliente for reclamar direitos na justiça.

PC - Dentro de uma perspectiva histórica, a preocupação com a ética no ambiente de trabalho é um assunto relativamente novo. Em sua opinião, qual a dimensão que esse assunto tomará nos próximos anos?

Márcia Cristina - Penso que as empresas, de maneira geral, ainda não se deram conta do custo invisível que as condutas antiéticas criam. Não me refiro, entretanto, apenas ao custo das cópias particulares tiradas, dos materiais de escritórios levados para casa ou dos clientes beneficiados por costumarem dar bons presentes.

É preciso lembrar que a crise americana, iniciada em 2008, foi provocada por altos executivos de bancos e seguradoras que manipularam as avaliações de imóveis a fim de apresentar resultados maiores em suas carteiras de crédito imobiliário para aumentar os bônus anuais, que são vinculados ao desempenho da empresa.

As empresas são seres jurídicos que nada decidem. Quem decide são seus representantes e essas decisões nem sempre estão associadas ao interesse da empresa. É muito comum um executivo priorizar um projeto que vai proporcionar-lhe maior projeção, podendo até reverter em promoção, e deixar de lado um outro projeto que vai melhorar muito a lucratividade da empresa, mas que não oferece a mesma projeção. É como o político que prefere construir lindas praças com muitos jardins e chafariz em vez de construir uma rede de esgotos.

Por isso, penso que as empresas vão começar a prestar mais atenção na necessidade de investir na criação da consciência ética como forma de valorizar os colaboradores que trabalhem em conformidade com esses valores. Ética e lucro precisam estar associados, porque é assim que as empresas vão assegurar a própria sustentabilidade. 💰



Ética no Ambiente de Trabalho - Uma abordagem Franca sobre a Conduta Ética dos Colaboradores
Márcia Cristina
Gonçalves de Souza
Ed. Elsevier, 2009

► (Continuação da página 3)

out. 2007 p. 6), cita-se pesquisa junto a 51 investidores, 162 contadores de empresas e 141 auditores de 23 estados, membros da Comunidade Européia, a qual constatou que “Em particular, a implementação do IFRS foi desafiadora, mas bem sucedida; não houve perda de confiança nos relatórios contábeis, e a execução de IFRS foi vista, geralmente, como positiva para o desenvolvimento do relatório contábil na Comunidade Européia”.

Esse sucesso, conforme afirma a pesquisa, não minimiza problemas potenciais relacionados a esse processo normativo, os quais podem minar a confiança do investidor nos demonstrativos contábeis, como a mensuração de ativos pelo valor justo.

Walton (Fair value and executory contracts: moving the boundaries in international financial reporting, Accounting and Business Research, Vol. 36. No. 4. 2006, pp. 337-343) considera que “a questão do uso do valor justo nas normas do IFRS tem se tornado um ponto chave no debate em contabilidade”. Essa visão confirmou-se no ano seguinte, 2007, quando se iniciou um debate, até hoje não conclusivo, a respeito do papel do valor justo na constituição e ampliação da crise financeira iniciada naquele ano.

Independentemente da resposta a ser dada, essas mudanças são tão relevantes que políticos alheios à escrituração contábil se posicionam a respeito. Se tal fato ocorre, com mais razão os

profissionais de contabilidade, seja o do setor público, seja o do setor privado, não devem simplesmente se associar à corrente dos crédulos que julgam que teremos somente ganhos com a adoção dessas normas, ou dos incrédulos que somente anteveem sérios riscos nesse processo, mas, antes de tudo, conhecer, refletir e debater sobre o assunto, sobre os seus riscos e benefícios, já que, assim, os meios necessários para implementá-los, não nos restringe ao aqodamento de tão-somente traduzi-las.

Pela exposição feita, acredita-se ser este um debate necessário. §

* coordenador do Núcleo de Pesquisas em Controladoria Pública da Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro.

Aconteceu na CGM...

Programa Encontros com a Ética

Em 2009 ocorreram dois encontros desse Programa, que visa criar um espaço para reflexão e debate sobre temas relativos à ética, contando sempre com a palestra de um convidado especializado. Em junho Prof. Rubens Migliaccio, mestre em administração pública e membro do Conselho da Associação Comercial do Rio de Janeiro, brindou a audiência no auditório do CASS com uma pertinente discussão sobre “o ‘discurso ético’ e a relativização do valores”. Em setembro, no mesmo auditório, a Jornalista Márcia Cristina Gonçalves de Souza, autora do livro *Ética no Ambiente de Trabalho – Uma abordagem franca sobre a conduta ética dos colaboradores* compartilhou com o público os pontos principais de sua pesquisa no tema.

Discussões Técnicas

As Discussões Técnicas são eventos promovidos com cunho de debate científico voltado para a aplicação no cotidiano da administração pública. No encontro de julho de 2009 foram abordadas a Auditoria de Desempenho (pela servidora da CGM Cláudia Lima Félix), e a Auditoria Interna (por Carlos Renato Trisciuzzi). Já em outubro, os Doutores em Controladoria e

Contabilidade pela FEA/USP André Carlos B. de Aquino e Ricardo Lopes Cardoso apresentaram suas conclusões de um estudo comparativo de informação de custos de administração pública, modelo de estrutura conceitual e estratégica de ação.

Seminários CGM

O Programa “Seminários CGM”, promove discussões sobre questões importantes e atuais da administração

pública e do controle interno desde março de 2001. O primeiro Seminário de 2009, em 13 de agosto, versou sobre um tema bastante atual, as Organizações Sociais, trazido pelo Advogado e Especialista em Gestão Empresarial Flávio Alcoforado, seguido em 07 de dezembro por tema não menos relevante, os Créditos de Carbono, debatido pela Professora livre-docente do Departamento de Contabilidade da FEA-RP/USP, Maísa de Souza Ribeiro.

Visita CRC-RJ

A Controladoria recebeu no mês de janeiro a visita da nova Presidente do Conselho Regional de Contabilidade, Diva Maria de Oliveira Gesualdi, recém empossada. Diva é a primeira mulher a presidir o CRC-RJ. O encontro teve como proposta estreitar o relacionamento entre as duas instituições.



DEMONSTRATIVOS LRF

Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a dezembro de 2009

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	dez/08	dez/09	Em dez/08	Em dez/09	Até dez/08	Até dez/09	Em dez/08	Até dez/09
RECEITAS CORRENTES	10.046.878.114,00	11.401.988.377,00	971.831.433,10	1.117.887.533,75	10.062.101.502,63	11.351.285.998,03	(615.223.388,03)	110.402.378,87
Tributárias	4.116.112.701,00	4.962.436.503,00	344.069.924,08	382.169.301,99	4.585.302.504,54	5.059.927.923,30	(469.189.803,54)	(97.491.420,30)
Contribuições	733.828.000,00	988.271.450,00	145.450.111,29	123.803.533,43	754.736.458,57	793.058.672,87	(20.908.458,57)	195.212.777,33
Patrimoniais	515.137.788,00	496.778.368,00	43.893.574,31	55.385.995,22	581.333.049,41	567.728.016,92	(66.195.251,41)	(70.949.648,92)
Industrial	7.446.104,00	7.414.590,00	1.306.406,69	465.542,60	7.401.818,97	5.048.144,45	44.285,03	2.366.445,55
Serviços	243.300.032,00	227.769.284,00	17.934.475,04	14.001.315,70	260.040.050,05	206.407.108,07	(16.740.018,05)	21.362.175,93
Transferências Correntes	3.854.580.308,00	4.208.651.331,00	325.141.282,20	384.332.810,89	3.855.204.414,65	4.055.355.974,49	(624.106,65)	153.295.356,51
Outras Receitas Correntes	576.478.181,00	570.366.851,00	94.035.659,55	157.728.933,92	618.083.205,84	663.760.158,13	(41.610.024,84)	(93.393.307,13)
RECEITAS DE CAPITAL	856.945.489,00	635.045.788,00	28.828.069,02	70.448.146,82	293.610.166,79	315.895.526,89	563.335.322,21	319.150.261,11
Operações de Crédito	197.381.900,00	255.667.996,00	10.772.112,92	855.530,11	48.800.341,27	29.969.615,02	148.581.558,73	225.696.182,98
Alienações de Bens	249.076.951,00	112.577.000,00	56.486,59	59.228.036,93	19.475.109,43	60.631.238,66	229.601.841,57	51.945.761,34
Amort. de Empréstimos	70.036.638,00	81.437.120,00	(5.328.013,94)	(18.985.302,31)	103.865.304,47	104.610.849,58	(33.828.656,47)	(23.173.729,58)
Transferências de Capital	450.000,00	185.363.670,00	23.327.483,45	29.349.971,89	121.469.411,62	120.683.623,53	(121.019.411,62)	64.680.046,37
Outras Receitas de Capital	340.000.000,00	-	-	-	-	-	340.000.000,00	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	10.903.823.603,00	12.036.734.165,00	1.000.659.502,18	1.188.335.680,37	10.355.711.669,42	11.667.181.524,92	(51.888.065,82)	429.552.640,08
DESPESAS CORRENTES	(10.041.192.810,22)	(10.752.597.853,47)	(942.420.750,18)	(940.284.558,35)	(9.560.759.414,73)	(9.008.391.051,99)	(489.434.395,40)	(844.236.801,48)
Pessoal e Encargos	(6.229.612.602,20)	(6.631.759.913,73)	(719.459.203,71)	(700.356.376,10)	(5.993.712.351,93)	(6.222.400.102,15)	(235.900.250,21)	(409.359.811,58)
Juros e Encargos da Dívida	(590.685.046,07)	(714.877.483,00)	(28.355.303,40)	17.586.543,34	(590.175.810,40)	(679.796.200,56)	(509.235,67)	(35.081.232,34)
Outras Despesas de Correntes	(3.220.895.161,95)	(3.405.960.506,74)	(194.606.243,05)	(257.494.725,59)	(2.976.870.252,34)	(3.006.164.749,18)	(244.024.909,61)	(399.795.757,56)
DESPESAS DE CAPITAL	(1.982.638.970,65)	(1.517.830.254,05)	(12.522.524,14)	91.429.812,50	(1.590.619.621,32)	(861.795.017,32)	(392.020.349,33)	(658.045.236,73)
Investimentos	(1.168.768.001,07)	(868.567.142,02)	59.873.920,90	48.692.663,30	(843.320.717,90)	(400.729.231,58)	(325.467.283,17)	(467.837.910,34)
Inversões Financeiras	(466.155.949,42)	(224.407.828,03)	(76.172.408,27)	(1.536.171,16)	(403.354.046,43)	(84.358.848,00)	(62.801.902,93)	(140.048.930,03)
Amoriz. de Dívida Interna e Externa	(347.695.020,16)	(424.855.284,00)	3.775.963,23	44.273.320,36	(343.943.856,93)	(376.696.937,54)	(3.751.153,23)	(48.158.346,36)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(98.877,86)	(56.727.401,57)	-	-	-	-	(98.877,86)	(56.727.401,57)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(12.023.930.658,73)	(12.327.155.599,09)	(954.943.274,30)	(848.834.745,85)	(11.151.377.036,05)	(10.770.146.069,31)	(872.553.622,68)	(1.557.809.529,78)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(1.120.107.055,73)	(230.421.434,09)	45.716.227,88	339.500.934,52	(195.665.366,63)	897.035.455,61	(924.441.688,50)	(1.127.456.889,70)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *	-	-	-	-	884.638.817,69	169.799.775,04	-	-

FONTE: CGM - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.